



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO MUNICÍPIO DE SUZANO

CNPJ 16.837.343/0001-45

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/2021 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPMS

Data: 03 de setembro de 2021

Participantes: Joel de Barros Bittencourt

João Ramos Junior

Onézimo Soares Ribeiro

Na Sala de Reuniões, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO – IPMS dirigida por seu presidente, Joel de Barros Bittencourt, com início às 13:00 horas do dia 03 de setembro de 2021. **DELIBERAÇÕES:** Dado início à reunião do Comitê de Investimentos, o presidente abriu a reunião com o acompanhamento da estratégia de investimentos realizada ao longo do mês de agosto/2021. Conforme aprovado na 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, foram aplicados R\$ 6.401.000,00 no CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97 em 10/08/2021. Foram também resgatados para realocação o total de R\$ 3.200.000,00 em 12/08/2021 do CAIXA FI BRASIL IRF-M1+ TP RF – CNPJ 10.577.519/0001-90 e aplicados no mesmo dia no CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97. Houve também o resgate de R\$ 203 mil do CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97 em 24/08 e 30/08/21 para o pagamento de despesas administrativas e o resgate de R\$ 210 mil do CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97 em 30/08/21 para o pagamento de despesas previdenciárias. A seguir, o Presidente informa que em agosto/2021 foi foram realizadas Assembleias de Cotistas dos seguintes fundos: i) LME REC IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA – CNPJ/MF 11.784.036/0001-20, em 17/08/2021: Consulta Formal cujo objeto de consulta foi a Aprovação das Demonstrações Financeiras do Fundo do período de 20 de agosto de 2020 a 30 de abril de 2021; (ii) TOWER RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO IMA-B 5 – CNPJ 12.845.801/0001-37, em 20/08/2021: Consulta Formal cujo objeto foi (I) Deliberar pela alteração do parágrafo 1º, artigo 8º, do Regulamento do Fundo, proibindo que as tesourarias dos prestadores de serviço de gestão e administração, bem como empresas a elas ligadas possam constar como contraparte de operações do Fundo; e (II) Deliberar pela contratação de auditor independente para efetuar perícia em todas as operações feitas com títulos públicos federais e operações compromissadas, notadamente aquelas que as tesourarias dos prestadores de serviço de administração e gestão tenham sido contraparte; (iii) INCENTIVO FIDC MULTISSETORIAL II – CNPJ 13.344.834/0001-66, em 31/08/2021, cuja ordem do dia foi a aprovação do Plano de Liquidação do Fundo. Foi também recebido Fato Relevante do TOWER RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO IMA-B 5

– CNPJ 12.845.801/0001-37 de 30/08/2021, que informa que o Fundo teve a carteira ajustada no fechamento do dia 24 de agosto de 2021, em razão da reprecificação do seguinte ativo: (i) O ativo constante na carteira do Fundo denominado AQ3 RENDA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO (“AQ3 RENDA FII”) foi reprecificado, em virtude do laudo de avaliação elaborado pela empresa especializada, Cushman & Wakefield Consultoria Imobiliária Ltda. (“Cushman”), nos termos do Fato Relevante do AQ3 RENDA FII divulgado em 23 de agosto de 2021, disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). O Presidente passou à análise dos resultados em 31/08/2021 com base nos relatórios elaborados pela Diretoria Administrativa e Financeira. A carteira no mês de agosto/2021 apontou uma rentabilidade no mês de -1,03% versus a meta atuarial projetada de 0,87%, sendo que no ano acumulado até agosto/2021 a rentabilidade total da carteira foi negativa em -2,01% contra uma meta atuarial de 5,67%. O segmento de renda fixa apurou uma perda de cerca de R\$ 3,83 milhões no mês de agosto/2021 e na renda variável houve uma perda de aproximadamente R\$ 1,93 milhão. Ao analisar a rentabilidade da carteira no início do mês de setembro/2021, verifica-se que a rentabilidade no mês acumulada até 03/09/2021 está em -0,43%, totalizando um resultado negativo no mês de R\$ 2,20 milhões aproximadamente. O presidente destaca a volatilidade dos mercados neste mês de agosto, que continua se agravando no mês de setembro devido à instabilidade política, que afeta negativamente o mercado interno. O Presidente passa então a analisar o relatório de Rentabilidade Diária da CEF em 03/09/2021 e em 31/08/2021. No caso dos IMA-B e IMA-B 5+ os mesmos apresentaram até o dia 03/09/2021 rentabilidades no mês de -0,37% e -0,68% acumuladas respectivamente, comparados com as rentabilidades de -1,13% e -2,35% verificadas em agosto/2021. Em relação aos fundos IMA-B 5 e IDKA 2A IPCA a rentabilidade no mês até 03/09/2021 é de -0,06% e -0,01% respectivamente, enquanto que no mês anterior a rentabilidade respectiva foi positiva em 0,13% e 0,19%. Em relação aos fundos de vértice curto (IRF-M1 e CDI), a rentabilidade mensal até 03/09/2021 é de 0,03% e 0,07% respectivamente e no mês de agosto/2021 de 0,34% e 0,49%, respectivamente. O presidente destacou ainda a rentabilidade do IRF-M1+, que concentra papéis prefixados com vencimento superior a um ano, com rentabilidade mensal até 03/09/2021 de -0,50% e em agosto/2021 foi -1,15%. Destacou também o Fundo CAIXA AÇÕES VALOR, que teve rentabilidade mensal em 31/08/2021 de -1,32% e até 03/09/2021 possui uma rentabilidade no mês de -2,21%. Em relação a Fundos com exposição externa o IPMS possui aplicado no: 1. FUNDO AÇÕES BDR, cujo aporte inicial ocorreu em fevereiro de 2021 e a rentabilidade no mês até 31/08/2021 foi de 2,43% e no mês até 03/09/2021 foi de 0,64% e no 2. CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA, cujo aporte inicial ocorreu em junho de 2021 e a rentabilidade no mês até 31/08/2021 foi de 3,33% e no mês até 03/09/2021 foi de 0,18%. O presidente destaca o resultado negativo em praticamente todos os segmentos do mercado, com exceção dos Fundos de Investimento com exposição ao exterior. Com isso, há a perenidade do cenário do mês anterior, ou seja, ainda há bastante indefinição, com a percepção da elevação mais acelerada da inflação e consequentemente de alta na SELIC. O presidente passa à análise de conjuntura econômica, iniciando a análise dos Relatórios do Departamento de Pesquisa Econômica (Depec) do Banco Bradesco, iniciando com o Cenário Econômico de 01/09/2021 que informa que incertezas fiscais voltam a reduzir a visibilidade do cenário. Os temas fiscais voltaram a interromper



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO MUNICÍPIO DE SUZANO

CNPJ 16.837.343/0001-45

a melhora nas perspectivas para a economia e os preços de ativos. Refletindo a depreciação adicional e novos choques, houve uma revisão para cima do IPCA, refletindo a aceleração da inflação para 2021. Em meio a um contexto de alguma contaminação de expectativas para 2022, o Banco Central tem reafirmado a disposição em posicionar a política monetária em patamar contracionista e deve elevá-la a 7,5%. Nesse ambiente, a deterioração do índice de condições financeiras afeta a atividade econômica. Às incertezas domésticas, somam-se as chances de menor impulso global, o que pode refletir no crescimento econômico. Enquanto o quadro de incertezas fiscais permanecer, a variância de projeções também será maior do que a usual. Quanto ao cenário externo, o cenário global continua positivo, ainda que algumas calibrações de curto prazo sejam necessárias. Desde julho, o mercado tem questionado o ritmo de crescimento das principais economias do mundo, com atenção especial sobre os impactos da nova variante de Covid-19. Por ora, as preocupações não escalaram, uma vez que diversos estudos têm confirmado a eficácia das vacinas. Além disso, vários países irão aplicar uma terceira dose e, em muitos lugares, o aumento de casos não tem se convertido em elevação dos óbitos, especialmente dentre os vacinados. Ainda assim, muitos países asiáticos têm retomado medidas de restrição à mobilidade. A normalização da política monetária nos países emergentes deve seguir à frente dos desenvolvidos, ainda mais no contexto de maior tolerância à inflação do FED e do BCE. No Boletim Semana em Foco de 03/09/2021, há o destaque do recuo do PIB divulgado pelo IBGE, que no segundo trimestre em 0,1% no trimestre passado, com o setor de serviços registrando crescimento de 0,7%, na margem. Avalia-se que a piora da pandemia na transição do primeiro para o segundo trimestre contribuiu para moderar o resultado do período. Dessa forma, os avanços da imunização da população e os consequentes ganhos de mobilidade devem impulsionar o resultado do terceiro trimestre. A recuperação ainda lenta da indústria é dada pela falta de insumos. A produção industrial recuou 1,3% entre junho e julho. Destaque para a indústria automotiva, com queda de 2,8% em relação ao mês anterior. Tal desempenho, por sua vez, revela o limite à recuperação da indústria dado pela restrição de insumos, que se apresenta como um risco baixista para a intensidade do crescimento deste ano. Olhando à frente, mesmo que a Selic não se eleve muito acima de nossas projeções, de 7,5% a.a., a piora dos índices de condições financeiras afeta a economia. Às incertezas domésticas, que incluem os riscos de racionamento, somam-se as chances de menor impulso global e das commodities. Nos EUA, o presidente do FED, Jerome Powell, tem admitido que a dinâmica do mercado de trabalho vem melhorando significativamente nos últimos meses, ainda que o critério de emprego máximo não tenha sido atingido. O Boletim RPPS de agosto/2021 divulgado pela Caixa Econômica Federal destaca que no segmento de renda fixa, no mês de agosto a curva de juros nominais (prefixados) registrou forte volatilidade em um movimento de abertura com inclinação, enquanto a curva real (Índice de preços) apresentou abertura com movimento de desinclinação. Tivemos ao longo do mês uma grande indefinição quanto ao cenário fiscal com concomitante aumento da tensão entre o Executivo e Judiciário, somado a renovadas pressões altistas para o IPCA, que segue com os núcleos deteriorados e agora possui a pressão adicional de um maior custo de energia e temores quanto a possibilidade de racionamento. Nesse contexto, os principais subíndices da ANBIMA performaram, majoritariamente, de forma negativa ao longo de agosto, tendo apenas o IRF-M1, IDKA

2 A e IMA-B5 rodado no terreno positivo. O resultado se repete para o acumulado ano, com alguns subíndices apresentando performance abaixo do CDI. A perspectiva é que a inflação continue pressionada, diante de um Banco Central crível que busca de trazer a inflação de 2022 para dentro da meta, mediante aumento da meta da Taxa Selic em nível superior ao neutro. No segmento de renda variável, ao longo de agosto se observou a disseminação da variante delta da Covid em diversos países, em especial nos Estados Unidos, Israel e China. No caso da China, esta situação levou o país a adotar novas medidas restritivas de mobilidade, fato que trouxe preocupação aos investidores, no entanto sem impactos relevantes em termos de preço de ativos, uma vez que as vacinas atuais têm se mostrado eficazes no combate a essa nova variante e não houve aumento no número de mortes nos países mais infectados. Em termos econômicos, permanece como pano de fundo o forte ritmo de crescimento global, sobretudo na China e nos Estados Unidos, o elevado grau de estímulos monetários no mundo e a melhora dos índices de mobilidade nas principais economias. Pelo lado negativo mantém-se as incertezas relacionadas ao possível início do *tapering* pelo FED nos próximos meses e às medidas de restrição chinesas ao mercado de commodities, educação e ao setor de tecnologia. No âmbito doméstico, apesar do avanço relevante da vacinação, o Ibovespa recuou 2,48% em agosto. A queda pode ser explicada, principalmente, pela piora dos riscos fiscais além das preocupações relacionadas a elevada inflação corrente e expectativas para 2022 persistentemente acima da meta e seus possíveis impactos na condução da política monetária. Passou o Presidente à análise do Resumo Econômico Mensal de agosto de 2021 elaborado pelo Banco SICREDI, que informa que a perspectiva de aperto de política monetária no exterior e o cenário fiscal brasileiro levaram a apreciação do dólar no mês de agosto. Ambos os fatores são possíveis fontes de depreciação do Real à frente. Contribui para a deterioração do cenário que o PIB do segundo trimestre foi mais fraco do que o esperado, além da escalada da inflação, impactada pelos efeitos da crise hídrica sobre o preço da energia. Outro fator de instabilidade é a PEC dos Precatórios aumentou o risco fiscal e pressionou a curva de juros. O risco fiscal, a crise hídrica, o cenário externo e aproximação com as eleições são vetores que poderão manter a curva de juros pressionada. Finalmente, passou-se à análise do Boletim Focus – Relatório de Mercado elaborado pelo Banco Central do Brasil de 03/09/2021 onde verifica-se que o mercado projeta a taxa SELIC em 7,63% até o fim de 2021 e projeta e em 7,75% para o fim de 2022, uma elevação significativa de quatro semanas atrás, que projetava a SELIC em 7,25% para o final do ano de 2021 e 7,25% para o fim de 2022. O mercado revisou ligeiramente para baixo a projeção de crescimento do PIB, de 5,30% há quatro semanas para 5,15%, e a projeção de crescimento para 2022 de 2,05% para 1,93%. A taxa de câmbio sofreu correção para cima, com o câmbio em 5,17 ao final de 2021 sendo que a projeção de quatro semanas atrás para 5,10, e manteve a projeção do câmbio para 2022, para 5,20. A projeção da inflação IPCA continua a ser reajustada para cima, de 6,88% para 7,58% para o final de 2021 e de 3,84% para 3,98% em 2022. Com base nas informações de conjuntura apresentadas, o Comitê de Investimentos acredita que se mantém a incerteza de definição de cenário para a alocação ótima dos investimentos. Considerando a abertura da taxa de juros e a deterioração do cenário doméstico, restam poucas alternativas para investimento salvo a manutenção do posicionamento em curtíssimo prazo, com a rolagem de posições no CDI. Por outro lado, há

ainda o receio de o aporte em investimentos no exterior, dado a expectativa do *tapering* antes do previsto e retomada do cenário de elevação da taxa de juros pelo Fed, o que pode desestimular o investimento nas Bolsas americanas no curto prazo. O Comitê de Investimentos acredita que, neste cenário, é preferível a manutenção da política de aportes no CDI, aguardando uma definição melhor de cenário no futuro. Por outro lado, o cenário de elevação da taxa SELIC. Com isso, o Comitê de Investimentos APROVOU: (i) APLICAR os ingressos de recursos referentes a: I) resgates devido às liquidações antecipadas provenientes de decisões aprovadas em Assembleia Geral de Cotistas; II) os valores recebidos da distribuição de rendimentos dos fundos; III) os valores recebidos dos acordos de parcelamento; e IV) os repasses das contribuições mensais no CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97. Para o pagamento das despesas administrativas e previdenciárias deverá ser efetuado o RESGATE do CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97. São anexos a esta Ata: (i) Ata das Assembleias do LME REC IMA-B FIRF, TOWER RF FI IMA-B 5 e INCENTIVO FIDC MULTISSETORIAL II;; (ii) Fato Relevante do TOWER RF FI IMA-B 5; (iii) Relatórios de Posição de Investimentos de 31/08/2021 e 03/09/2021; (iv) Tabelas de Indicadores dos Fundos de Investimento da Caixa Econômica Federal em 31/08/2021 e 03/09/2021; (v) Cenário Econômico de 01/09/2021 e Boletim Semana em Foco de 03/09/2021 elaborados pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depec) do Banco Bradesco; (vi) Boletim RPPS de agosto/2021 elaborado pela CEF; (vii) Resumo Econômico Mensal de Setembro/2021 elaborado pelo Banco SICREDI S.A.; (viii) Relatório de Mercado – Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 03/09/2021. Nada mais havendo foi encerrada às 14:30 horas a 9ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos de 2021 tendo, eu, João Ramos Junior, lavrado a presente Ata, que depois de lida, segue devidamente assinada pelos participantes.



Presidente do Comitê

Relator

Membro